

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Do Autor</i> .....	XIX
<i>Apresentação</i> .....	XXI

### PARTE I PARADIGMAS DE PRÉ-COMPREENSÃO DO FENÔMENO ADMINISTRATIVO

#### Capítulo I

##### Em Busca do Direito Administrativo Perdido ou Crise Existencial de uma Disciplina Jurídica

1. Nascimento e evolução do Direito Administrativo.....	3
2. Desenvolvimento doutrinário do Direito Administrativo .....	5
3. Características do Direito Administrativo.....	6
3.1. Do poder regulamentar.....	7
3.2. Poder de decisão unilateral.....	7
4. A influência do modelo francês no Brasil .....	8
5. A perda do Direito Administrativo.....	9
6. A perda de rumo do Direito Administrativo brasileiro.....	11

#### Capítulo II

##### O Direito como Instrumento de Defesa Social

1. Direito e democracia.....	14
2. A importância do Direito Administrativo.....	15
3. Conteúdo concreto do interesse público .....	17

#### Capítulo III

##### Estruturação do Estado e da Administração Pública

1. Administração – uma ideia de organização.....	20
2. Administração Pública .....	21

3. Estado e Administração.....	22
4. Constituição e Administração .....	22
5. Governo e Constituição.....	24
6. <i>Common law</i> e <i>statute law</i> como formas de submissão do Estado ao Direito ..	27
7. Regime administrativo e <i>rule of law</i> .....	28
8. O esbatimento das diferenças dos sistemas a partir da noção de Estado de Direito .....	30

### Capítulo IV

#### Configurações Evolutivas do Estado

1. A organização do Estado.....	33
2. Poder Executivo, reduto da Administração Pública.....	34
3. Estado, Administração Pública e regimes políticos .....	34
3.1. O liberalismo.....	35
3.1.1. Características do Estado liberal .....	36
3.1.2. Apogeu do liberalismo.....	38
3.1.3. Declínio do liberalismo .....	39
4. O advento do Estado Social .....	40
4.1. As características e o caráter problemático do Estado Social .....	41
4.2. O sentido progressista do Estado Social .....	43

### Capítulo V

#### Administração Pública e o Princípio da Separação dos Poderes

1. Exercício de poder pela Administração Pública .....	45
2. O exercício do poder administrativo no Estado Social.....	46
3. Fundamentos do poder administrativo.....	47
4. A função regulamentar como exercício do poder administrativo .....	49
4.1. Especificidades dos regulamentos.....	51
5. Sentidos dinâmicos da Administração Pública .....	53
5.1. Sentido material da Administração Pública .....	53
5.2. Sentido orgânico da Administração Pública.....	54
5.3. O ato administrativo consubstanciando o sentido formal da Administração Pública .....	54
5.3.1. Ato administrativo, um conceito em crise .....	55
5.3.2. O ato administrativo e o princípio da separação dos poderes .....	56

## PARTE II

### ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

#### Capítulo I

##### Gestação e Nascimento da Administração Pública Brasileira

1. Embrião de organização administrativa no Brasil .....	61
2. Esboço de uma administração com feições feudais.....	62
3. Período de administração delegada.....	63
4. Influência de um período de racionalização do poder político .....	64

5. Início de uma administração tipicamente brasileira.....	66
6. Consolidação de uma administração pública sob o influxo do liberalismo ...	68
7. Início de uma administração independente.....	69

## Capítulo II

### Início da Fase Constitucional da Administração Pública Brasileira

1. Concretização do constitucionalismo brasileiro .....	71
2. A divisão dos poderes constitucionais na Constituição de 1824.....	73
3. O Conselho de Estado .....	75
4. Poder Judiciário e Poder Administrativo .....	77
5. A administração provincial e municipal.....	77

## Capítulo III

### A Administração Pública Brasileira ao Influxo dos Princípios Republicano e Federativo

1. Corte com o modelo francês de administração .....	80
2. A Administração e a ideia federalista.....	81
3. A República e o esboço de um novo modelo de administração.....	83
4. Uma administração plasmada pela Federação e República .....	85
5. A Federação na prática constitucional da Primeira República.....	92

## Capítulo IV

### A Administração Pública Brasileira no Estado Social

1. Ruptura das bases constitucionais de 1891, a Revolução de 1930 .....	94
2. A Constituição de 1934 .....	98
3. A prática da Constituição de 1934 .....	103
4. O Estado Novo e sua estrutura política e social.....	105
5. A redemocratização do país .....	108
5.1. A Constituição de 1946 .....	109
5.2. A experiência parlamentarista .....	115
5.3. A implantação do Governo Militar.....	118
5.3.1. A Constituição de 1967.....	121
5.3.2. O recrudescimento do poder político-militar e a Emenda Constitucional de 1969 .....	127
5.3.3. Transição do autoritarismo para nova ordem democrática.....	130

## Capítulo V

### Constituição de 1988, uma Nova Ordem Administrativa

1. A Constituição de 1988 .....	133
1.1. Dos direitos e garantias fundamentais.....	133
1.1.1. Dos direitos sociais.....	137
1.1.2. Dos direitos políticos.....	137
1.1.3. Da organização político-administrativa.....	137

1.1.4. Da Administração Pública .....	140
1.1.5. Da organização dos Poderes .....	142
1.1.5.1. Poder Legislativo .....	142
1.1.5.2. Poder Executivo .....	146
1.1.5.3. Poder Judiciário .....	149
1.1.5.3.1. Do Supremo Tribunal Federal .....	150
1.1.5.3.1. Do Superior Tribunal de Justiça .....	153
1.1.5.3.2. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais .....	154
1.1.5.3.3. Dos Tribunais de Justiça dos Estados .....	154
1.1.5.3.4. Do Conselho Nacional de Justiça .....	154
1.1.5.3.5. Uma instituição essencial à função jurisdicional .....	156

### PARTE III

## PERFIL CONSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

### Capítulo I

#### O Caráter Problemático da Regulação Jurídica

1. Abrangência da análise normativa .....	161
2. Os parâmetros constitucionais .....	163
3. A estruturação constitucional da Administração Pública brasileira .....	166
3.1. Do Poder Executivo .....	167
3.2. A função do controle de constitucionalidade .....	167
3.2.1. Pressupostos do controle de constitucionalidade .....	169
3.2.2. Escorço histórico do controle de constitucionalidade no Brasil .....	171
3.3. Racionalidade prática e interpretação constitucional .....	174
3.3.1. Os universos abertos ou restritos dos intérpretes da Constituição .....	176
3.3.2. Racionalidade prática e visão estruturalista .....	178
3.4. Descumprimento da lei inconstitucional pelo Poder Executivo .....	181
3.5. Da Administração Pública e o princípio da autotutela .....	182

### Capítulo II

#### Estruturação Orgânica e os Condicionamentos Constitucionais da Administração Pública Brasileira

1. Administração direta e indireta .....	184
2. Condicionamentos constitucionais da Administração Pública brasileira .....	187

### Capítulo III

#### Vetores Principiológicos da Administração Pública Brasileira

1. Os vetores principiológicos .....	192
1.1. O Princípio da Legalidade .....	192
1.2. O Princípio da Impessoalidade .....	194
1.3. O Princípio da Imparcialidade .....	195
1.4. O Princípio da Publicidade .....	197
1.5. O Princípio da Moralidade .....	198

1.5.1. Moralidade.....	198
1.5.2. Moralidade administrativa.....	200
1.6. O Princípio da Eficiência .....	202

#### PARTE IV

### CONTENÇÃO DO PODER PÚBLICO E PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS NA ÓRBITA DAS CONVENÇÕES AMERICANA E EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

#### Capítulo I

##### Notas Explicativas e Apreciação Histórica

1. Explicação necessária .....	207
2. Antecedentes históricos dos direitos do homem .....	209
2.1. A base formal do desenvolvimento dos direitos do homem.....	210
2.1.1. A Magna Carta.....	210
2.1.2. A Declaração de Direitos.....	212
2.1.3. A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte .....	212
2.1.4. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão.....	213

#### Capítulo II

##### Expansão Normativa dos Direitos do Homem

1. A universalização institucional dos direitos do homem.....	215
1.1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem – Dudh.....	217
1.1.1. O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem .....	218
1.1.2. Direitos e liberdades elencados na Declaração Universal dos Direitos do Homem .....	219
2. Generalidade e universalidade normativas dos direitos do homem.....	221
3. Universalismo e regionalismo normativos dos direitos do homem .....	222

#### Capítulo III

##### Direitos do Homem no Âmbito do Direito Internacional

1. Níveis de proteção dos direitos do homem e dos direitos fundamentais .....	224
2. A progressividade dos direitos fundamentais.....	226
3. Convenções gerais e convenções de natureza especial.....	228
4. Enquadramento dos direitos fundamentais no quadro teórico da aplicabilidade das normas internacionais.....	229
5. <i>Jus cogens</i> como regra de validade especial.....	232
6. Normas constitucionais.....	233

#### Capítulo IV

##### Aplicação das Normas Convencionais Europeia e Americana dos Direitos do Homem

1. Os sistemas regionais europeu e americano.....	235
1.1. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH).....	236
1.2. A Convenção Interamericana dos Direitos do Homem (CIDH).....	236



1.3. Breve comparação dos direitos elencados nas Convenções Interamericana e Europeia.....	237
1.3.1. Convenção Europeia.....	237
a) Direito à vida.....	237
b) Proibição de tratamento aviltante da dignidade humana .....	237
237237c) direito à liberdade e à segurança .....	238
d) Direito ao devido processo legal .....	238
e) Direito ao respeito pela vida privada.....	239
f) Liberdade de pensamento, de consciência e de religião .....	239
g) Liberdade de expressão .....	239
h) Liberdade de reunião e de associação .....	239
i) Direito ao casamento.....	239
j) Proibição de discriminação .....	240
k) Proteção da propriedade .....	240
l) Direito a eleições livres .....	240
m) Direito à instrução .....	240
n) Liberdade de circulação .....	240
1.3.2. Convenção Americana.....	240
a) Direito à vida .....	240
b) Proibição de tratamento aviltante da dignidade humana .....	241
c) Direito à liberdade pessoal .....	241
d) Direito ao devido processo legal (garantias judiciais) .....	242
e) Proteção da honra e da dignidade.....	243
f) Liberdade de consciência e de religião .....	243
g) Liberdade de expressão .....	243
h) Liberdade de reunião e de associação .....	243
i) Proteção à família.....	243
j) Igualdade perante a lei .....	244
k) Direito à propriedade privada.....	244
l) Direitos políticos .....	244
m) Liberdade de circulação.....	244
n) Direito de retificação ou resposta.....	245
o) Direitos ao nome e à nacionalidade.....	245
p) Direitos econômicos, sociais e culturais .....	245
1.4. Análise comparativa da proteção jurídica assegurada nas Convenções ..	245
a) Direito à vida .....	246
b) Proibição de violação da dignidade humana .....	246
c) Direito à liberdade e à segurança.....	246
d) Direito ao devido processo legal .....	247
e) Direito ao respeito pela vida privada.....	247
f) Liberdade de pensamento, de consciência, de religião, de expressão, de reunião e de associação.....	247
g) Proteção à família.....	247
h) Igualdade perante a lei.....	248
i) Proteção da propriedade .....	248

j) Direitos políticos.....	248
k) Liberdade de circulação .....	248
l) Direitos de retificação ou resposta, direitos ao nome e à nacionalidade e direitos econômicos, sociais e culturais .....	248

### Capítulo V

#### Meios e Formas de Proteção dos Direitos do Homem nos Sistemas Europeu e Interamericano

1. Aplicação das normas convencionais europeia e interamericana dos direitos do homem.....	249
2. Realidade dos sistemas europeu e interamericano de proteção dos direitos do homem.....	252
3. A responsabilidade dos Estados por violação dos direitos do homem.....	255
4. Estruturas orgânicas dos sistemas de proteção europeu e interamericano.....	259
4.1. A Corte Europeia dos Direitos do Homem.....	259
4.2. A Corte e a Comissão Interamericanas dos Direitos do Homem .....	261
5. Semelhanças e diferenças entre as normas procedimentais das Convenções Europeia e Interamericana dos Direitos do Homem .....	262
6 A jurisprudência das Cortes Europeia e Interamericana .....	264
6.1. Jurisprudência da Corte Europeia .....	264
6.2. Jurisprudência da Corte Interamericana.....	265

### EPÍLOGO

#### ALGUMAS REFLEXÕES DE ENCERRAMENTO

### Capítulo I

#### Tópicos Analíticos da Implantação e Evolução da Administração Pública no Brasil

Razões da análise .....	271
Grupo I – Do descobrimento à Proclamação da República .....	271
Grupo II – Da Proclamação da República à derrocada da “República Velha” ..	277
Grupo III – A Revolução de 1930, movimento instituidor de uma estrutura administrativa no Brasil .....	280
Grupo IV – Fim da ditadura estadonovista e a Constituição de 1946.....	281
Grupo V – O Regime Militar: consolidação do sistema de regulação constitucional .....	282
Grupo VI – O atual perfil de regulação constitucional da Administração Pública brasileira .....	287
Avaliação crítica.....	288

### Capítulo II

#### Análise Prospectiva dos Sistemas Europeu e Interamericano de Proteção dos Direitos do Homem

Síntese conclusiva.....	293
Anexo – Quadro Comparativo dos Direitos Protegidos na CEDH e na CIDH ..	297
Bibliografia .....	319